

06

Leituras possíveis: a paisagem do Largo da Mariquita.



Este artigo parte do pressuposto de que na análise da paisagem de um lugar devem ser considerados, além dos aspectos morfológicos e estéticos, os diversos processos sociais, históricos e culturais que fazem parte de sua "construção". Analisamos, assim, o Largo da Mariquita, espaço público localizado no Rio Vermelho, um bairro que nasceu como área de veraneio ou de segunda residência, na cidade de Salvador Bahia Brasil. A dinâmica desse bairro foi se transformando, ao longo do tempo, até que ele se tornasse mais conhecido por suas características voltadas ao uso terciário, sobretudo, usos de apoio ao turismo. O Largo contém, hoje, edificações de valor histórico arquitetônico anteriores ao século XIX, o que cria uma atmosfera que mistura o antigo e o moderno, devendo então ser compreendido a partir das complexas relações entre patrimônio urbano, os novos usos e as novas apropriações surgidos a partir de novos contextos históricos. O objetivo deste artigo é apresentar sob diversos aspectos uma leitura possível da paisagem no Largo da Mariquita, considerando sua importância paisagística, arquitetônica, cultural e histórica para toda a cidade e, sobretudo, para a sua população.

A possible town-scape reading of the Largo da Mariquita.

This article assumes that in the analysis of the urban landscape should be considered in addition to aesthetics aspects, the complex social, historical and cultural processes that have made their "construction". The Largo da Mariquita, located at Rio Vermelho neighborhood of Salvador - Bahia, had its space and urban landscape transformed: from Indian village, fishing village and summerplace - in the twentieth century; the tertiary use mainly focused on tourism and tourist place - nowadays. Thus, the ancient, the modern and the contemporary dialogue and are mixed at Mariquita, showing the complex relations between heritage, uses, land use and appropriation of urban space in contemporary Salvador. The purpose of this article is therefore to present and discuss some issues and possible interpretations of the urban landscape of the Largo Mariquita, considering its landscape importance, architectural, cultural and historical for the city and especially for Salvador's population.



Autora

Arq. Marina Coêlho Teixeira

Mg. Arq. Jacileda Cerqueira Santos

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal da Bahia
Brasil

Palavras chave

Apropriações
Espaço urbano
Ocupação do solo
Patrimônio e usos

Key words

Appropriations
Heritage
Land use
Urban space
Usages

Artículo recibido | Artigo recebido:

28 / 02 / 2015

Artículo aceptado | Artigo aceito:

28 / 06 / 2015

Email: mcteix@gmail.com

INTRODUÇÃO: PAISAGISMO E PAISAGEM

As reflexões contidas neste artigo partem da premissa de que paisagismo é um campo de conhecimento cujo referencial teórico muitas vezes foi alimentado pelas «questões sociais, econômicas, técnicas e culturais mais importantes em cada momento histórico» (Leite, 1994, p. 47). Entende-se, também, que a paisagem é um conceito que precisa ser abordado não apenas sob seus aspectos naturais ou estéticos, mas que deve considerar «[...] processos de organização natural, social, econômica e histórica em escala regional [...]» (Leite, 1994, p. 47), além da paisagem construída pelas relações dinâmicas e complexas existentes em tais processos.

Deste modo, acredita-se não ser possível compreender a paisagem apenas pelos aspectos físicos, urbanísticos ou apenas pelos aspectos culturais de um lugar, pois as intervenções que acarretam em sua construção são provenientes «[...] de um processo dinâmico de expressão do imaginário social [...]» (Leite, 1994, p. 47). Assim, tanto a análise dos aspectos físicos aparentes, quanto das transformações sofridas ao longo do tempo, é de fundamental importância, visto que:

A descrição de paisagens urbanas tais como as descobrimos percorrendo a cidade dá idéia das etapas de sua evolução, mas não explica seu papel, não mostra do que a cidade vive, não permite compreender seus problemas. (Claval, 2004, p. 34)

Claval (2004) acreditava que a abordagem cronológica auxilia a interpretação física do lugar, ou uma compreensão da paisagem da cidade. Lynch (2010) corroborou, ao considerar que as cidades assumem papéis diferenciados em função do desenvolvimento de suas sociedades, refletindo os objetivos para os quais foram construídas. Serpa (2007b), por sua vez, explicou que a leitura da paisagem pode ser realizada de maneiras diversas, sendo «[...] artefato e [...] sistema, já que a paisagem é evidentemente uma produção humana, se caracterizando como um conjunto de elementos/objetos interligados» (Serpa, 2007b, p. 15). O autor ainda elabora uma crítica à paisagem contemporânea entendendo a paisagem

[...] como riqueza, visto existirem paisagens que podem melhor favorecer a produção de riquezas, como ideologia, posto que [...] exprime e condiciona um conjunto de crenças e idéias, transmitindo «ideologia(s)», e como história, já que a paisagem cristaliza momentos e períodos históricos em seus processos de constituição (e transformação). (Serpa, 2007b, p. 15)

A paisagem será, então, abordada neste texto, como um objeto de estudo dinâmico, à medida que:

[...] resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é composta, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe também um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos «visíveis», mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, que é, em princípio, «invisível» e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade. (Serpa, 1995, p.15)

E é partindo destes pressupostos que conduziremos nossa análise sobre a questão do patrimônio urbano no Largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho, localizado na Orla Atlântica da cidade de Salvador, e os desafios de estabelecer e efetivar instrumentos para sua gestão frente à inserção de usos não residenciais —como bares, restaurantes, galerias, e lojas de naturezas diversas— na área. A princípio, apresentaremos um breve histórico da ocupação do Largo, objetivando auxiliar na compreensão da sua paisagem atual, sua importância para a cidade. Em seguida, descreveremos o lugar como um espaço que possui um patrimônio material e imaterial significativo, mas que vem sendo alvo de intervenções —sejam elas formais ou informais— que levam à sua descaracterização. Por fim, explanaremos sobre como essas novas formas e esses novos equipamentos trouxeram consigo conflitos entre patrimônio e usos, os quais podem ser lidos em sua paisagem.



FIGURA 1 | Miradas e miragens no Rio Vermelho: Yemanjá.

FIGURA 2 | Esqueleto de barco;

FIGURA 3 | Contenção em pedra.

Fotos: Jacileda Santos, nov. 2008



FIGURA 4 | Localização do bairro do Rio Vermelho. Elaboração das autoras. Fonte: SICAD 2015.

Analisaremos, assim, o Largo da Mariquita como uma paisagem, ou seja, um lugar em mudança contínua, passível de ser «lido» sob perspectivas diversas, do ponto de vista geométrico, mas também em termos da percepção do observador, que não se resume apenas ao que pode ser visto. Ao mesmo tempo que aquela paisagem é resultado das relações sociais e políticas que se realizam no espaço é, também, fator determinante no modo de realização de tais relações. As implicações entre espaço e sociedade são, então, construídas e realimentadas continuamente, de maneira cíclica e permanente.

O LARGO DA MARIQUITA

Aparentemente, o bairro do Rio Vermelho está no imaginário da população como um lugar pitoresco, e possuidor de um importante patrimônio arquitetônico, his-

tórico, paisagístico e cultural. Tal condição lhe confere um grande potencial para atrair frequentadores, sejam eles moradores locais, de outras partes da cidade, e mesmo turistas. Entre os espaços mais visitados do bairro, está o Largo da Mariquita.

Há algumas versões de historiadores para explicar a origem do nome: para alguns, Mariquita é uma derivação da palavra Tupinambá «*Mairaquiquig*», que significa «naufrágio» (Filho, 1991); para outros «lugar que dá peixe miúdo» (Borges; Brito, 2001), por conta da pettinga – tipo peixe encontrado abundantemente em foz de rios. Contudo, o ponto de concordância entre todos eles é que o Largo da Mariquita foi o local onde o português Diogo Álvares Corrêa (o Caramuru) alocado na marinha mercante francesa, foi encontrado após o naufrágio do navio que o transportava pela costa brasileira em 1510 (Torres, 1961), e deu início a um dos mais an-



FIGURA 5 | Centro da Cidade do Salvador representado pelos holandeses durante invasão em 1624. **Fonte:** Ferreira, 1998.



FIGURA 6 | Bairro do Rio Vermelho hoje. Elaboração das autoras. **Fonte:** SICAD 2015.



FIGURA 7 | Os trilhos do bonde no Largo da Mariquita em 1943. **Fonte:** <http://pt.scribd.com/doc/180989509/Salvador-Antiga-Em-Imagens>



FIGURA 8 | Terminal do Rio Vermelho em meados da década de 50. Ao fundo, o antigo Mercado Municipal, posteriormente transformado em Mercado do Peixe e transferido para o outro lado da rua, onde hoje está instalado. **Fonte:** http://blogdoriovermelho.blogspot.com.br/2011/09/o-rio-vermelho-ja-foi-assim_14.html

tigos núcleos ocupados de Salvador, que foi reconhecido oficialmente pelo terceiro Governador Geral do Brasil, Mem de Sá, já em 1557.

Com a invasão holandesa, em 1624, muitos habitantes do Centro da cidade —nesse período já ocupado apenas por colonos e seus descendentes— migraram para o Rio Vermelho, a fim de se manter distante do lugar invadido, e mesmo os chefes sitiados da Bahia, buscaram se reunir, durante a guerra para a expulsão dos invasores, no Morro do Conselho, conforme Torres (1961). O processo de ocupação do Largo da Mariquita manteve-se lento, visto que as principais funções da cidade localizavam-se no Centro Tradicional. Para Teixeira (1985), apenas com a expansão ocupacional pela via que conhecemos hoje como Cardeal da Silva foi caracterizado um

novo núcleo no Largo de Santana, utilizado para o veraneio, enquanto na Mariquita já havia uma colônia de pescadores.

De aldeia indígena a lugar de veraneio, passando por pequena vila de pescadores, em meados do século XIX havia três núcleos de ocupação bem definidos no Rio Vermelho: Paciência, Santana e Mariquita. As pessoas começaram, aos poucos, a estabelecer moradia nestes núcleos, habitando casas térreas, justapostas, construídas sem afastamento nas fachadas, em terrenos estreitos e longos, com largura que variavam entre quatro e sete metros. Com o passar do tempo, foram acrescentados mais pavimentos em muitas destas casas, transformando-as em sobrados, o que deu ao Rio Vermelho um conjunto de edificações de valor arquite-

tônico e histórico, localizadas, sobretudo, no Largo de Santana (Comissão, 2006).

A modernização dos transportes na segunda metade do século XIX, linhas de bonde e de trem, ligando o Centro ao Rio Vermelho levou à valorização imobiliária do bairro, com a comercialização de terrenos e, conseqüentemente, à intensificação acelerada de seu povoamento. Já na primeira metade da década de 1910 foi realizada a construção da Avenida Oceânica, entre a Barra e o Rio Vermelho, complementando a grande intervenção que foi a Avenida Sete de Setembro, da Ladeira de São Bento à Barra, o que contribuiu nesse processo de ocupação, o qual atendia a um público de renda mais alta na cidade (Pinheiro, 2002).

Na década de 1940 foram realizadas intervenções urbanísticas no Largo da Mariquita, entre elas, a substituição da ponte, em madeira, sobre o Rio Lucaia, último afluente natural da primitiva foz do Rio Camaragibe, por uma estruturada em concreto, e a criação de duas praças; a Colombo, na margem direita, e a Augusto Severo na margem esquerda deste rio.

A partir da década de 1950 os novos loteamentos abertos no bairro passaram a oferecer «[...] lotes maiores e mais largos para atender aos modernos padrões de moradia, ou seja, casas com jardins e recuos laterais e de frente, além do quintal, nos fundos» (Comissão, 2006, p. 4). Também data deste período o início da instalação de bares e restaurantes no bairro, que começou a ganhar a fama de boêmio, fato visto, na época, como transformação no sentido positivo (Comissão, 2006). Nas décadas de 1960 e 1970 foram construídas as avenidas Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães Júnior, respectivamente, levando a um novo boom de expansão ocupacional no bairro, devido à maior facilidade de circulação de veículos. Também na década de 1970 foi implantado um emissário submarino na enseada – uma obra que resultou em cerca de vinte mil metros quadrados de aterro na enseada da Mariquita e danos ambientais irreversíveis em outras praias do bairro. Neste período, também, o Morro do Conselho passou a ser ocupado por grandes edifícios, o que veio a descaracterizar o aspecto original da área (Folha, 2008).

Além das alterações nos aspectos naturais, a partir deste período de maior adensamento do bairro, começou a haver a descaracterização do casario existente, sobretudo pela mudança do uso de veraneio para o uso ter-

ciário. Os novos usos —bares, restaurantes, casas noturnas, botecos, etc.— contribuem para os problemas apontados pelos moradores, hoje, como a falta de tratamento acústico, de vagas de estacionamento, gestão de resíduos, além da permissão formal das atividades terciárias em excesso, pelos órgãos competentes (Comissão, 2006).

Contudo, a solução para questões como a falta de estacionamentos e a permissão para o desenvolvimento de atividades terciárias, se aspectos patrimoniais do conjunto arquitetônico local são desconsiderados, pode levar a uma maior descaracterização de seu patrimônio. O aproveitamento do potencial turístico, no caso do Rio Vermelho, demanda, então, alguma coerência com o discurso preservacionista do Estado, sob pena de se perderem alguns dos principais elementos, ainda que residuais, que conformam a paisagem do bairro. Obviamente, os empresários locais anseiam pela manutenção e expansão de seus empreendimentos, porém, tais questões, em um lugar que se pretende manter atraente por sua singularidade, é preciso manter também tal singularidade, o que implica em aceitar determinadas restrições de natureza urbanística e patrimonial.

O LARGO DA MARIQUITA HOJE

A demolição da antiga casa de Alfredo de Magalhães deu lugar ao Cine Teatro Maria Bethânia, inaugurado no início da década de 1980 e desativado em 1993, quando foi transformado no Bingo Rio Vermelho que, por sua vez, foi fechado para dar lugar à atual Churrascaria Fogo de Chão, em funcionamento desde 2008. Esta nova atividade acabou por implementar uma intervenção viária para criar um espaço para o estacionamento de veículos de seus clientes, repartindo mais uma vez, o que ainda restava do Largo em frente ao novo estabelecimento. Ainda que o Largo seja lembrado também como fim de linha dos bondes, o novo traçado viário deste trecho acabou por dilacerar o espaço livre e de uso público que ali estava, trazendo um tratamento paisagístico pouco generoso.

Hoje, o Largo da Mariquita é um espaço residual, bastante recortado, definido pelo sistema viário que atravessa a área – na medida em que é composto pelos «recortes» de espaço que não serviram ao traçado das

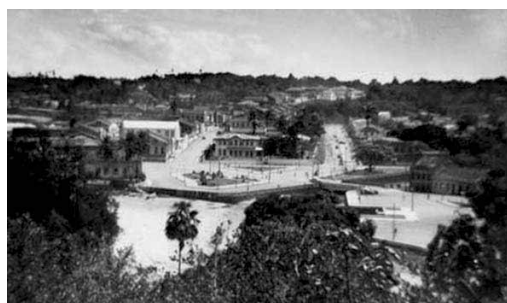


FIGURA 9 | Vista panorâmica do Rio Vermelho a partir do Morro do Conselho, em 1953: Praça Colombo e ruas Conselheiro Pedro Luiz e João Gomes. **Fonte:** <http://www.acirv.org/>



FIGURA 10 | Vista da Praça Colombo atualmente. **Foto:** Tony Bittencourt, nov. 2009



FIGURA 11 | Largo da Mariquita e seus três recortes. **Elaboração das autoras.** **Fonte:** SICAD 2015

Ruas Oswaldo Cruz/João Gomes, Borges dos Reis e Conselheiro Pedro Luiz.

A Praça Colombo traduz claramente esta condição, consistindo em um lugar de passagem para os usuários dos restaurantes e pedestres que seguem na direção das ruas João Gomes, Borges dos Reis e Conselheiro Pedro Luiz. Por outro lado, é também deste ponto que é possível ter uma visão privilegiada do Largo como um todo e de toda vista de seu entorno. Os espaços entre os dois recortes são áridos, não possuem sombreamento algum, e por isso segue o 'roteiro' aparentemente estabelecido pela intervenção: ser apenas lugar de passagem, e espaço livre que permite observar, a uma certa distância, as fachadas dos dois estabelecimentos, intentando certo grau de monumentalidade às suas edificações, como nos casos da churrascaria Fogo de Chão e o restaurante Colombo, atual Public Bar.

Ao mesmo tempo, o Largo da Mariquita, pelo menos em parte, é a subversão de um espaço residual, à medida que, diferentemente de outros espaços com características morfológicas semelhantes na cidade, ele foi apropriado como lugar de encontro. Observamos esta função, especialmente, na Praça Augusto Severo, onde ficam concentrados os frequentadores dos bares locais. Contudo, esta apropriação parece possível apenas pela continuidade que a calçada representa em relação às edificações que abrigam tais bares, visto que outras partes desta praça não têm o mesmo uso.

Macedo (1995) explica que a maior e melhor possibilidade de apropriação de um espaço livre público por seus usuários é determinante para sua aceitação social e mesmo para a manutenção de suas características morfológicas. E algumas partes do Largo da Mariquita apresentam as adequações funcional, ambiental e estética que lhe permitem ser usadas como ponto de encontro para moradores do bairro e soteropolitanos de maneira geral, e lugar de visitação para turistas, apesar da precariedade das soluções arquitetônicas e paisagísticas.

Também é necessário ressaltar o caráter privado da apropriação dessa área pública, visto que seu uso está vinculado aos bares, tabuleiros e quiosques, formais ou informais, ali localizados: as pessoas se dirigem ao Largo da Mariquita e usam as mesas dos bares espalhadas em parte das calçadas, que, apesar de ter um volume maior de usuários à noite, permanecem ali du-

rante todo o dia. Ainda que a apropriação se dê com estruturas e elementos efêmeros e flexíveis —porém desfavoráveis ao conjunto paisagístico— estes contribuem para a descaracterização do lugar, pois quase sempre trazem logotipos e marcas publicitárias e cores fortes — o espaço público serve de suporte gratuito para as grandes cervejarias. Além disso, não é permitido serem usados para outros fins que não aquele, visto que foi internalizado por todos que aquele mobiliário faz parte do lugar.

O fluxo intenso de pessoas no Largo acabou por criar uma demanda por estacionamento maior do que o que é oferecido atualmente. E, apesar do bairro ser bem servido em termos de transporte coletivo, um dos principais meios de transporte utilizados por seus frequentadores é o automóvel particular. Todavia, a solução para tal questão passaria pelo aproveitamento das áreas ociosas como estacionamento, o que implicaria em mais impermeabilização, e mais espaço para o carro em detrimento de áreas e espaços públicos livres, abertos, e de usos coletivos.

A área onde está inserido o Mercado do Peixe pode ser considerada um terceiro trecho do Largo da Mariquita, juntamente com as duas praças mencionadas anteriormente. É a parte que permite a mais privilegiada vista para o mar, bem como a calçada de pedestre que segue em direção ao Largo de Santana. O Mercado foi recentemente reformado, sendo composto por trinta e seis boxes explorados por permissionários e contando com área para estacionamento dos veículos dos usuários que, por sua vez, é explorada por guardadores de automóveis informais, funcionando vinte e quatro horas por dia. No Mercado, mais uma vez, é possível observar a publicidade das grandes marcas de cerveja, que ferem uma paisagem histórica com seus apelos publicitários em cores fortes.

Nesta área permanece localizada a casa de apoio às embarcações dos pescadores, atualmente com a função de sede de sua Associação, onde são armazenados os equipamentos e ferramentas de trabalho e vendido o pescado.



FIGURA 12 | "Praça" Colombo - Fachadas do pub e da churrascaria.
Foto: Jacileda Santos, fev. 2015.



FIGURA 13 | Toldos, mesas e cadeiras na Praça Augusto Severo.
Foto: Jacileda Santos, mar. 2013.



FIGURA 14 | Encontro de motociclistas nas noites de quintas feiras.
Foto: Jacileda Santos e Marina Teixeira, jan. 2015.



FIGURA 15 | Tabuleiro da baiana do acarajé, mesas e toldos dos bares locais. **Foto:** Jacileda Santos, fev. 2015



FIGURA 16 | Novo Mercado do Peixe. **Foto:** Jacileda Santos, mai. 2014.



FIGURA 17 | Associação dos Pescadores. **Foto:** Jacileda Santos, mai. 2014.

O PATRIMÔNIO E SUA DESCARACTERIZAÇÃO NO LARGO DA MARIQUITA

A paisagem do Rio Vermelho é constituída por elementos referenciais naturais e construídos, que lhe confere um acervo cultural e paisagístico de significativo valor, capazes de contar a história do bairro. Em razão destes argumentos, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) instituiu no bairro uma Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) – figura criada pela Lei Municipal nº 3.289/83, que define modos de tratamento urbanístico e arquitetônico, e restrições de uso e ocupação diferenciados. As APCPs foram redefinidas pelas Leis Municipais nº 3.525/85 e nº 7.400/08, que dispunham sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), a fim de abarcarem elementos de valor simbólico e ambiental da cidade, considerando, ainda, sua diversidade social, étnica e religiosa.

O Largo da Mariquita encontra-se completamente inserido na APCP do Rio Vermelho, definida pelo PDDU de 2008, mas que ainda não foi regulamentada por um Decreto Municipal, conforme previsto pela legislação, com a finalidade de criar parâmetros urbanísticos específicos para a proteção e preservação da área delimitada.

Patrimônio Material

A noção de patrimônio urbano foi usada, pela primeira vez, no início do século XX, pelo italiano Gustavo Giovannoni que afirmava haver três princípios que fundamentam sua conservação: a integração do elemento antigo ao novo tecido urbano; sua inserção no contexto de seu entorno, não isolando o ou destacando o, sob o risco de perder seu sentido; sendo essencial a realização procedimentos de preservação e restauração que respeitem sua escala, morfologia e relações originais com o ambiente em que está inserido (Choay, 2001).

No Largo da Mariquita, há exemplares arquitetônicos que registram a história do bairro do Rio Vermelho. Algumas delas mantêm suas características originais, enquanto outras foram, gradativamente, descaracterizadas. Entre estas edificações marcantes estão: casa de Almeida Couto (onde, em 2008, funcionava uma loja de equipamentos automotores e, atualmente, um bar); casa Teresa de Artes, da década de 1920; chalé construído por Odilon Santos; casa de Clodoaldo Bastos na subida do Morro do Conselho (atual colégio Hercília Moreira); Mercado Público (Teixeira, 1985).

Até o ano de 1978 não havia restrição de gabarito de altura para as edificações do Rio Vermelho. Esta necessidade surgiu com a construção do Edifício Cidade do Porto, na Rua Conselheiro Pedro Luiz, e com a substituição de duas casas do conjunto arquitetônico, no Largo de Santana. As Leis Municipais nº 5.506/78 e nº 3.377/83 fixaram, então, gabaritos de dois e quatro pavimentos no Largo da Mariquita, o que permitiu, durante algum tempo, a construção de edificações que poderiam descaracterizar seu aspecto original (Comissão, 2006).

Conforme as análises apresentadas no documento «O Rio Vermelho que queremos», elaborado em 2006 pela Associação de Moradores do Rio Vermelho (AMRV), foram avaliadas 374 edificações, cuja situação encontra-se descrita na tabela a seguir:

De acordo com o levantamento da AMRV, havia 13% de edificações de valor histórico descaracterizadas naquele ano, sem a possibilidade de reversão para seu estado original, sendo que apenas uma delas localiza-se no Largo da Mariquita – o Bahia Park Hotel, construído em 1986. Entre as edificações transformadas, consideradas pelo documento da AMRV como integradas ao conjunto, está a que abriga a Churrascaria Fogo de Chão, cuja fachada não apresenta elementos arquitetônicos semelhantes aos do casario com características coloniais, tendo sido mantida apenas a sua volumetria. O trabalho da AMRV identificou, ainda, diversos fatores de descaracterização das edificações de valor arquitetônico. Em relação às fachadas, nas quais as formas e os detalhes de estilos arquitetônicos de períodos diversos foram substituídos, em maior ou menor grau, por elementos improvisados ou por revestimentos desconexos das composições de outrora. Em relação às alterações de gabarito, as mudanças de volume das edificações trazem impactos na morfologia do Largo e do bairro como um todo.

Há também as estruturas que servem como cobertura para as mesas dos bares espalhadas pelo Largo, as quais impedem a visibilidade das fachadas das edificações onde esses empreendimentos estão instalados e prejudicam a relação visual com o mar, sobretudo a distâncias muito próximas. Apesar de serem elementos móveis, têm importante impacto visual prejudicando a



FIGURA 18 | Casa de Almeida Couto. Foto: Tonny Bittencourt, nov. 2008.



FIGURA 19 | Casa de Clodoaldo Bastos. Foto: Jacileda Santos, fev. 2015.

TABELA 1 | Situação das edificações de valor arquitetônico no Rio Vermelho e Largo da Mariquita

CARACTERÍSTICAS	ESTUDO DA AMRV	LARGO DA MARIQUITA
Edifícios de quatro a cinco pavimentos	38	1
Edificações de até três pavimentos descaracterizadas com possibilidade de reintegração ao conjunto	145	22
Edificações com transformações integradas ao conjunto	94	3
Edificações originais restauradas	67	7
Edificações originais a serem restauradas	30	4
TOTAL	374	37

Fonte: COMISSÃO, 2006.

compreensão de alguns aspectos da paisagem local, sobretudo os referentes ao patrimônio arquitetônico e ao espaço urbano, de maneira mais geral.

Ainda é importante ressaltar que as alterações das fachadas dos pavimentos térreos, quando as edificações são ocupadas por estabelecimentos comerciais e de serviços, acabam por sofrer uma descaracterização mais incisiva que os pavimentos superiores, devido à instalação de elementos de sinalização como letreiros, placas e também aplicação de revestimentos, troca de tipos e materiais de vãos, esquadrias, pisos ou pavimentações.

Patrimônio Imaterial

Conforme definição da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o patrimônio cultural imaterial compreende:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, p. 4)

No Largo da Mariquita, podemos encontrar alguns elementos importantes sob o ponto de vista do patrimônio imaterial, entre eles, a presença marcante de pescadores desde o século XVII. Ali, a pesca era, inicialmente, realizada com jangadas e depois com saveiros. Era, também, por meio dos saveiros que se realizava o transporte de pessoas, carvão e artigos de cerâmica provenientes de Itapuã e de outras localidades do Litoral Norte baiano para o Largo da Mariquita.

As festas realizadas no Rio Vermelho, que também podem ser caracterizadas como patrimônio imaterial, são, em sua maioria, provenientes de práticas litúrgicas. Entre elas, festejos dos Ternos de Reis no mês de janeiro, que ocorria ainda na década de 1960 (Torres, 1961); a festa em homenagem à padroeira da paróquia Senhora Sant'Ana que, por um acordo entre veranistas e a Igreja Católica, até início da década de 1970, ocorria no verão, devido à baixa frequência de fiéis no mês de julho no bairro até então; e a festa de homenagem a Yemanjá que ocorre no dia 02 de fevereiro desde 1923, por iniciativa de pescadores do lugar.

Entre todos os festejos, o de maior impacto na paisagem, nos dias de hoje, é a de Yemanjá, uma vez que sua

influência ultrapassa até mesmo os limites do bairro do Rio Vermelho por, pelo menos, dois dias, apesar dos procedimentos referentes à festa se concentrarem no Largo de Santana. São alterações temporárias —instalação de sanitários químicos, barracas de vendas e módulos policiais— que também implicam em mudanças no trânsito de veículos particulares e coletivos, que acabam por impactar no tráfego de toda Orla Atlântica de Salvador e avenidas de vale próximas ao bairro a exemplo da Av. Juracy Magalhães Júnior.

Outra consequência, trata-se do aumento significativo de vendedores ambulantes no bairro e da ocupação das ruas e calçadas por pedestres, durante todo o dia da festa. Os três recortes do Largo da Mariquita deixam seu status de espaço residual e de passagem e se tornam, realmente, espaços públicos, usados pelas pessoas para caminhar, descansar ou encontrar outras pessoas, uma vez que fica restrito o acesso de veículos na área e os pedestres utilizam também o asfalto.

A Procissão das Velas que, atualmente ocorre no dia 26 de julho, ao anoitecer, era realizada, no século XIX, no domingo anterior ao Carnaval. Porém, após a década de 1940, quando a festa de Yemanjá se fortaleceu e surgiu a preocupação em atrair visitantes para o bairro fora do período de veraneio, a festa foi transferida para o dia da Senhora Sant'Ana, considerada a padroeira dos pescadores (Torres, 1961).

É, também, no Rio Vermelho que atuam duas das três baianas de acarajé mais famosas de Salvador, sendo que uma delas mantém seu 'tabuleiro' no Largo da Mariquita. O acarajé é registrado desde 2004, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como patrimônio imaterial nacional, e a atividade das baianas reconhecida como atividade profissional, o que lhes deu a prerrogativa de questionarem a produção e o comércio do alimento de maneira diferente do tradicional, inclusive no que se refere aos trajés das comerciantes (Iphan, 2007).

Todos os aspectos citados, sejam eles reconhecidos ou não pelo Estado, influenciam diretamente na paisagem do lugar e na percepção das pessoas que praticam o Largo da Mariquita, à medida em que determinam a geração e as mudanças nos fluxos em dias ou horários específicos, sendo responsáveis por parte significativa das relações cotidianas do local.

UMA LEITURA POSSÍVEL DA PAISAGEM NO LARGO DA MARIQUITA

Segundo Serpa (2007a), as paisagens costumam ter um significado simbólico para quem a vivencia de acordo com arquétipos, experiências subjetivas e pessoais, e com experiências subjetivas de caráter coletivo. O autor afirma que a montanha, o prado, o deserto, a floresta, e o mar —elementos, frequentemente, presentes nos espaços públicos urbanos—, são arquétipos que apresentam, ao mesmo tempo, conteúdos individuais e conteúdos coletivos, muitas vezes inconscientes, no imaginário de quem os vivencia.

A montanha, em geral, é caracterizada como símbolo de poder, solidão e firmeza. Enquanto o prado é associado à possibilidade de descanso ou de encontros, e o deserto ao vazio e ao silêncio, ao recolhimento espiritual e moral. A floresta remete ao descanso, à proteção e à liberdade. O mar, por sua vez, é vinculado à liberdade e ao devaneio (Serpa, 2007a). No Largo da Mariquita podemos encontrar o arquétipo da montanha, na forma do Morro do Conselho; o arquétipo do prado, sob a forma dos jardins e canteiros das praças; e o arquétipo do mar, representado pela Praia da Mariquita.

O Morro do Conselho, a princípio parte da Fazenda Alagoa, atualmente abriga os hotéis Golden Tulip Salvador de quatro estrelas, e Pestana de cinco estrelas, e alguns condomínios residenciais para classes de renda alta, edifícios de até 24 pavimentos que destacam-se na paisagem e descaracterizaram por completo o aspecto do Morro. O padrão de ocupação e o tipo de empreendimentos presentes aí expressam bem o poder econômico de quem usufrui de uma vista privilegiada para o continente e para o mar.

A pequena faixa de praia incrustada em uma enseada apresenta rochedos e uma encosta verde que compõem um cenário peculiar no Largo. Apesar das muitas pedras no local, a praia é utilizada para banho, e como pequeno porto para as embarcações dos pescadores. É, também, nesta pequena faixa que desagua o Rio Lucaia, um braço semi encapsulado do Rio Camaragibe, que nasce no bairro da Mata Escura, no miolo de Salvador, e recebe parte dos esgotos domésticos da cidade, o que tornou suas águas escuras e opacas, e lhe conferiu o odor desagradável que impregna seu entorno (Santos *et al.*, 2010).



FIGURA 20 | Festa de Yemanjá 2014. **Foto:** Jacileda Santos e Marina Teixeira, fev. 2014.



FIGURA 21 | Mudanças para a Festa de Yemanjá: pessoas ocupando “o lugar dos carros”. **Foto:** Jacileda Santos e Marina Teixeira, fev. 2014.

O fato da faixa de praia ser muito estreita, torna a relação do Largo da Mariquita com o mar algo difícil de ser percebido por quem transita por modo motorizado, sendo que o pedestre o percebe de modo diverso, estabelecendo também uma relação particular com o restante da paisagem. Mesmo os usuários do transporte público, se apressados, têm dificuldade em perceber a relação existente entre o Mercado do Peixe e o casario da Rua Odilon Santos com a faixa de praia no Largo da Mariquita. Assim, para quem se percebe em uma relação de proximidade com o mar, o trânsito confuso da área impacta de maneira menos intensa.

Quanto aos jardins e canteiros existentes no Largo, é possível observar duas situações: a da Praça Colombo, onde há dois jardins, de vegetação ornamental de pequeno porte, circundando uma fonte e um monumento; e da Praça Augusto Severo onde há também dois jardins gramados, com apenas uma palmeira, e alguns canteiros com árvores de médio e grande portes. A primeira reflete toda a aridez de um espaço residual urbano, enquanto a segunda expressa falta de significado ou entrelace com o espaço, em sua concepção.

Os jardins da Praça Colombo, por suas dimensões reduzidas permitem unicamente a contemplação; são espaços concebidos apenas para quebrar, timidamente, o tom grafite das vias que cortam o Largo, e chamam atenção com sua iluminação cênica à noite, evidenciando o casario. Já os da Praça Augusto Severo, possuem dimensões maiores, mas sua disposição não é tão atrativa a apropriações outras, acabando por desempenhar a mesma função que os primeiros, a não ser pelos moradores de rua que costumam frequentar e dormir no local. O papel de controlador do conforto térmico, que seria desempenhado pelas árvores, foi transferido aos toldos, sob os

quais, a frequência é intensa e direcionada ao uso dos consumidores dos bares e tabuleiros locais.

Enfim, se, por um lado, a paisagem do Largo da Mariquita apresenta uma subversão ao tratamento pouco generoso das intervenções em sua morfologia, a subutilização ou não utilização de parte significativa dos espaços desinteressantes aos empreendedores locais, é reflexo de um espaço livre público urbano que não foi concebido para oferecer outras apropriações possíveis de uso coletivo, além da que existe atualmente.

GESTÃO DOS CONFLITOS ENTRE PATRIMÔNIO E USOS NO LARGO DA MARIQUITA

São inúmeros os desafios enfrentados por gestores urbanos, atualmente e, entre eles está a compatibilização entre áreas especiais das cidades —aquelas que demandam preservação de algum tipo— e o crescimento urbano, sobretudo em regiões valorizadas sob o ponto de vista do mercado imobiliário, como é o caso do bairro do Rio Vermelho em Salvador.

No Largo da Mariquita, bem como em outras partes da cidade, com características semelhantes, podemos visualizar, claramente, duas situações chave: o predomínio da dimensão econômica sobre as demais (ambientais, socioculturais, políticas, estéticas, etc.) na produção do espaço urbano e; o advento de cada vez mais espaços destinados aos automóveis em detrimento de espaços destinados aos pedestres, seja apenas para passagem, seja para parar e usá-los para fins diversos.

Na primeira situação, vamos encontrar empresários do setor terciário procurando alterar edificações de valor arquitetônico, de modo a compatibilizar suas feições a esse uso, por um lado, e por outro, moradores do bair-

ro e cidadãos defendendo a preservação do patrimônio para a manutenção de seu caráter histórico e cultural. Em comum, os dois grupos têm, em suas ações, a finalidade de atrair visitantes, novos usuários, e sobretudo, os turistas.

Todavia, como qualquer atividade econômica, o Turismo tem o objetivo de gerar lucro aos empresários do setor, que precisam do capital para investir na manutenção da atividade. O que os defensores do Turismo não esclarecem é que ao usar infraestrutura e outros aspectos do espaço urbano, financiados pelo poder público, é gerada uma demanda por contrapartidas por parte dos empresários do setor, seja sobre a própria estrutura física da cidade, seja sobre o desenvolvimento social local, em outras palavras: oferta de empregos diretos e possibilidades de empregos indiretos, onerando menos o Estado em relação à assistência social.

Ainda na primeira situação, estão os agentes do mercado imobiliário que utilizam diversos elementos locais como fatores de valorização: o fetichismo do acesso à natureza na cidade; vazios urbanos e/ou edificações antigas em bairros valorizados das cidades; a possibilidade de apropriação de instrumentos da política urbana a favor da valorização imobiliária; o poder de pressão sobre o poder legislativo, quando da aprovação de leis referentes às suas áreas de interesse, entre outros.

Na segunda situação, partir da ideia de que o Largo da Mariquita não foi concebido para o uso que lhe é dado agora, já explica boa parte da questão. O Largo é um espaço residual do sistema viário, e sua apropriação para o uso terciário já se constitui em subversão, como ressaltado anteriormente. Todavia, devido ao fato dos logradouros locais estarem subordinados à ocupação, os empresários e dos usuários de automóveis particulares reivindicam todo o tempo pela oferta de vias mais largas e mais vagas para estacionamento, o que consiste em uma ameaça tanto ao patrimônio histórico local, quanto à possibilidade de aproveitamento dos espaços públicos, ainda não apropriados, com todo seu potencial, para usos coletivos.

Um outro ponto que precisaria ser, também, posto em discussão, é a apropriação privada dos espaços públicos pelos empresários e pelos trabalhadores informais do setor terciário. Qual deveria ser o limite para a expansão da ocupação de espaços públicos por mesas e cadeiras dessas atividades? Por outro lado, até que

ponto a proibição ou restrição de tal ocupação não significaria a perda da dinâmica atual do bairro?

O desafio maior, finalmente, é mediar o conflito de interesses de todos os agentes envolvidos na construção da paisagem do Largo da Mariquita, o que passa pela proteção do patrimônio e pela criação de condições para a apropriação dos espaços públicos pelas pessoas. A proteção do patrimônio, de seu lado, depende do estabelecimento de parâmetros urbanísticos capazes de regular o uso e a ocupação do solo no local, bem como regular as transformações nas edificações consideradas de valor histórico. Contudo, a Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) do Rio Vermelho —figura estabelecida pelo Plano Diretor Municipal que se propunha a tal tarefa— não foi regulamentada. Deste modo, gabarito, afastamentos, taxas de ocupação e de permeabilidade ficam sujeitos às leis gerais vigentes, que não consideram as especificidades da área, e ao entendimento dos técnicos e gestores municipais responsáveis pelo licenciamento de empreendimentos, que muitas vezes se curvam aos interesses econômicos e do mercado imobiliário.

Esta falta de instrumentos claros de proteção e preservação do patrimônio demonstra que o poder público, nos três níveis de governo, não considera o conjunto paisagístico do Rio Vermelho prioritário, o que permite apropriações e transformações da paisagem do bairro, que podem levar à sua descaracterização, o que não é desejável.

Obviamente, a adaptação de imóveis, antes residenciais, para o uso comercial leva a alterações, sobretudo, nas fachadas das edificações, como é possível observar também na Av. Sete de Setembro, em Salvador, e nos bairros de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, e Santa Ifigênia, em São Paulo. Contudo, modificações, no caso de conjuntos de valor histórico arquitetônico, podem ser reguladas pelo poder público, para que a descaracterização ocorra no menor grau possível e, em consonância com os desejos dos cidadãos soteropolitanos, em contraponto com a devastação que pode ocorrer, se apenas os aspectos econômicos forem levados em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem funcional das paisagens consiste em um meio eficiente de verificar os fatos sociais e suas traduções espaciais com maior profundidade (Claval, 2004), visto que a paisagem é o reflexo de relações sociais e sua construção resulta da observação do ambiente e das experiências individuais e coletivas em relação a ele (Leite, 1994).

Por lhes serem atribuídos valores diferentes a cada momento histórico, os critérios de organização da paisagem são questionados e modificados a todo tempo de acordo com a evolução das ciências e das técnicas, o que faz dela «[...] uma mistura de arte e ciência[...]» (Leite, 1994, p. 29), acessível por meio do conhecimento e da experiência.

Ao se considerar a paisagem um elemento acessível por meio do conhecimento —no sentido de entender os processos sociais ocorridos no lugar —e da experiência— compreendida como a vivência de um indivíduo naquele lugar—, a análise da paisagem do Largo da Mariquita aqui apresentada, é apenas uma das muitas análises possíveis de serem ali realizadas.

Para Claval (2004), por sua vez, a análise da paisagem vai além da descrição de uma imagem, pois:

[...] não se trata mais de contentar-se em descrever meio ambiente no qual vivem e trabalham os homens; o que se procura compreender são as relações complexas que se estabelecem entre os indivíduos e os grupos, o ambiente que eles transformam, as identidades que ali nascem ou se desenvolvem. Este é um dos caminhos reais para entender o mundo. (CLAVAL, 2004, p. 71)

Ao se discutir a dimensão urbana do patrimônio, é possível utilizar diversos modos de abordagem, entre eles: as relações entre gestão, planejamento urbano e preservação do patrimônio; os instrumentos que podem ser aplicados em sua preservação; as relações simbólicas e funcionais estabelecidas entre os diversos grupos sociais e o patrimônio edificado; inserção de nova arquitetura em contextos históricos e; diversos outros aspectos.

Assim, a opção pela interpretação do patrimônio sob o ponto de vista da paisagem, complexifica a abordagem à medida em que experiências individuais ou coletivas trarão interpretações diferenciadas do objeto de análise.

Isto nos leva a questionar se o conceito de patrimônio é compreendido de maneira consensual pela população soteropolitana e pelos órgãos públicos que atuam sobre o tema.

Se a resposta for sim, o patrimônio histórico e cultural da cidade será, certamente, preservado. Se a resposta for não, os poderes públicos precisam estabelecer medidas de proteção, fiscalização e sanções, com urgência, além de ações educativas e de conscientização da população sobre o tema, para que a questão do patrimônio histórico seja apropriada pelas pessoas, no sentido de pertencer.

O que se defende aqui não é o legalismo como resposta aos problemas de perda patrimonial, mas alguma ação no sentido de que as leis existentes sejam eficazes, o que é possível de ocorrer mais facilmente por meio de um esforço conjunto entre Estado, empresariado e sociedade civil, visto que a sociedade «[...] só percebe o espaço em que vive quando participa ativamente da sua concepção» (Serpa, 1995, p. 120). Esta ideia de cidadania está também presente no pensamento de Santos: «Quando um homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação» (Santos, 2012, p. 81).

Isso implica em pactuações entre os três agentes; em abrir mão de vantagens individuais em favor de vantagens coletivas; em deixar de obter lucro a curto prazo para obtê-lo a um prazo mais longo; em conhecer para respeitar o patrimônio histórico da cidade. Todavia, apesar do objetivo final consistir em atuações coletivas, passa por experiências pessoais e pela percepção individual que se tem daquela paisagem.

O bairro do Rio Vermelho é uma parte de Salvador com intensidade cultural ímpar, onde é possível ter acesso a música —passando pelo Jazz, Rock e Samba—, artes cênicas e plásticas de diversas naturezas, e manifestações da cultura popular de todos os tipos —como roda de capoeira nas praças—, todos os dias da semana, durante o dia inteiro. Este volume de atividades culturais associado aos exemplares de valor histórico arquitetônico e aos elementos naturais presentes no Largo da Mariquita, compõem um conjunto paisagístico possuidor de uma dinâmica diferente de tudo o que existe em Salvador. E é este conjunto o patrimônio que precisa ser preservado. ♣



REFERÊNCIAS

- BORGES, Clarissa; BRITO, Saara (2001):** *Rio Vermelho*. Faculdade de Comunicação – UFBA, 2001.
Disponível em: http://www.facom.ufba.br/com112_2000_1/rio_vermelho/hist_curios.htm. [consultado 05.01.2013]
- CHOAY, Françoise (2001):** *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP.
- CLAVAL, Paul (2004):** A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.): *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 13-74.
- COMISSÃO do Patrimônio Cultural (2006):** *O Rio Vermelho Que Queremos*. Comissão do Planejamento, Salvador.
- FERREIRA, Mário Leal (1998):** *Evolução física de Salvador – 1549 a 1800*. Faculdade de Arquitetura. Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia. Universidade Federal da Bahia. Fundação Gregório de Mattos. Prefeitura Municipal do Salvador: Pallotti.
- FILHO, Ubaldo Marques Porto (1991):** *Rio Vermelho*. Salvador: Amarr.
- FOLHA do Rio Vermelho (outubro 2008):**. *Jornal oficial do bairro do Rio Vermelho* nº 2. Central das Entidades do Rio Vermelho. Disponível em: http://www.casataboada.com.br/folha_rio_vermelho.asp. [consultado 07.01.2013]
- IPHAN (2007):** *Ofício das Baianas de Acarajé*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF : IPHAN, 2007. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Patrimonio_Imaterial/Dossie_Patrimonio_Imaterial/Dossie_acaraje.pdf. [consultado 07.01.2013]
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira (1994):** *Destruição ou desconstrução? Questões da paisagem, tendência de regionalização*. São Paulo: HUCITEC.
- LYNCH, Kevin (1981):** *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- MACEDO, Silvio Soares (1995):** *Espaços livres*. Paisagem e Ambiente – Ensaios. São Paulo, n.7, p. 15 56.
- MARIA, Selma (abril 2012):** *Loucos por história da Bahia*. Disponível em: http://loucosporhistoriadabahia.blogspot.com.br/2012_04_01_archive.html. [consultado 22.12.2012]
- PINHEIRO, Eloisa Petti (2002):** *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA.

-
- SALVADOR (1983):** *Lei nº 3.289*, de 21 de setembro de 1983. Altera e dá nova redação a dispositivos da Lei nº 2.403, de 23 de agosto de 1972, e dá outras providências.
- SALVADOR (2008):** *Lei nº 7.400*, de 20 de fevereiro de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU e dá outras providências.
- SALVADOR (2012):** *Salvador cultura todo dia*. Fundação Gregório de Matos. Disponível em: www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=5&cod_polo=10. [consultado 08.12.2012]
- SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (org.) (2010):** *O caminho das águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA. (Coleção Gestão Social)
- SANTOS, Milton (2012):** *O espaço do cidadão*. 7. Ed. São Paulo: EDUSP. 161p.
- SERPA, Angelo (1995):** *Paisagem e percepção da paisagem. Paisagem e Ambiente – Ensaios*. São Paulo, n. 7, p. 103-140, 1995.
- (2007a): *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- (2007b): *Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea. Formação*, v. 2, p. 14-22. Presidente Prudente.
- SESI/FIEB (2013).** *15 anos de história*. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/sesi/Pagina/288/15-anos-de-historia.aspx>. [consultado 07.01.2013]
- TEIXEIRA, Cid (1990):** «Assim eu vi o Rio Vermelho. A Tarde.» *Caderno 2*. Salvador, 24.04.1990.
- TORRES, Carlos (1961):** *Bahia: cidade feitiço*. 2. ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia.
- UNESCO (2006):** *Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução: Ministério das Relações Exteriores, Brasília. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. [consultado 07.01.2013]